



Roteiros

19. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

A NOVA MENSAGEM DE ASSIS — «CIDADE DA PAZ» (*)

por ADRIANO MOREIRA

Durante meio século, que terminou em 1989 com a queda do Muro de Berlim, o mundo viveu submetido a um regime de bipolarismo, e sempre ameaçado pela destruição da humanidade no caso das duas alianças, a o Atlântico e a de Varsóvia, decidirem subir aos extremos e utilizar as armas estratégicas. O medo recíproco era uma variável estrutural da ordem mundial, porque nenhuma das regras éticas ou jurídicas, que pretendiam regular o comportamento dos adversários no combate, dava resposta às tentativas de previsão do temido apocalipse militar. O estado da natureza, conceito ao qual Locke recorre para descrever a situação da comunidade internacional, parecia o mais indicado para racionalizar as interdependências contraditórias, e por isso Mac Douglas, com alguma originalidade, anotava que as relações internacionais não assentavam em regras, mas sim em decisões ¹.

Não obstante os solenes princípios recolhidos em documentos tão fundamentais como a Carta da ONU, nesses anos que vão de 1939 a 1989, os poderes comportavam-se frequentemente como se estivessem convictos de que actuavam referindo-se a princípios guias (*guiding principles*), formula-

dos para a gestão de objectivos definidos pelos Estados sem qualquer obediência a um direito natural, a direitos originários do homem, a valores absolutos. O poder apareceu de novo consagrado como um valor em si próprio, uma insubstituível capacidade de obrigar (Max Weber), ou, como diz Walter S. Jones: «A capacidade de agente das relações internacionais usar recursos e valores materiais, de maneira a influenciar a produção de eventos internacionais em seu proveito.» Qualquer das superpotências recorreu à força para manter a sua área de influência: os EUA em Cuba (1961), na República Dominicana (1965), no Panamá (1989); a URSS na Hungria (1956), na Checoslováquia (1969), no Afeganistão (1979) ².

Entre as várias causas da guerra, que uma incipiente polemiologia procurou identificar, aparece a competição armamentista, que exige de facto autonomia em relação com o tema da paz pelo direito. Isto porque tal competição é animada pela revolução técnica e científica que desenvolveu os seus efeitos distanciando-se perigosamente da ética, a qual, nesta matéria, tendeu para estacionar nas respostas aos modelos das sociedades agrárias. Foi a estratégia baseada nos exércitos artesanais, ainda dominante no início da guerra de 1914-1918, e exigentes de grande quantidade de mão-de-obra, que inspirou o direito internacional, desmoralizado este pelos exércitos de laboratório que tiveram as armas estratégicas nucleares como argumento supremo, e a ameaça do holocausto como dissuasor permanente. A capacidade de fazer a guerra química e a guerra bacteriológica acrescentou a distância temível entre a técnica e

(*) Nota da Direcção

Tendo em conta a actual situação da «insegurança e instabilidade» que vivemos na Europa, publicamos neste número de Roteiros este artigo do Prof. Adriano Moreira, «A Nova Mensagem de Assis — Cidade da Paz» em que destaca a importância das 2 reuniões realizadas pelo Papa João Paulo II naquela cidade, aproveitadas pelo Papa para desenvolver a doutrina sobre a Paz à luz dos valores religiosos e cristãos.

(Continua na página 6)

O V CENTENÁRIO DO TRATADO DE TORDESILHAS 1494-1994

A data de 7 de Junho de 1494, em que os 4 representantes de D. João II de Portugal e os 3 que representavam os Reis Católicos, assinavam o tratado, que dividia o mundo entre Portugal e Castela, não foi esquecida pelo Centro de Cultura Europeia do Colégio Universitário Pio XII promovendo um Colóquio Comemorativo no dia 10 de Junho no mesmo Palácio, onde fazia 500 anos, os representantes de D. João II e de D. Isabel e D. Fernando V de Aragão tinham assinado o famoso tratado que dividia o Mundo entre as duas Nações, posteriormente rectificadas por D. João II, pelos Reis Católicos e pelo Papa Julio II em 1506.

Esta data não podia passar despercebida neste momento da vida dos dois Estados Peninsulares, Portugal e Espanha, pelo profundo significado histórico que teve e pelas consequências que daí se seguiram.

Os responsáveis pelo Tratado: D. João II, os Reis Católicos D. Isabel e D. Fernando e o Papado entenderam, que era pelo diálogo, que a contenda surgida com a descoberta das terras americanas, se deveria resolver e não pela guerra. Não se tratava dum Tratado para pôr termo a uma guerra,

mas um Tratado para os dois Estados viverem em paz, para descobrirem para a Europa e para a Igreja o muito, que ainda ficava por descobrir. É esta a grande lição do Tratado de Tordesilhas e nisso consiste a sua actualidade pedagógica — a «Procura da Paz pelo Diálogo» num mundo altamente perturbado e onde a violência é sentida em todos os dias e em todos os dias sacrifica as suas vítimas.

Este ano de 1994 foi um ano muito trabalhoso no aspecto cultural para o Centro de Cultura Europeia do Colégio Universitário Pio XII, pois além da realização do V Forum Universitário de Estudos Europeus efectuado em Tokyo de 20 a 30 de Março para comemorar os 450 anos do 1.º encontro dos Portugueses com o Japão, realizou mais este Colóquio.

Participaram neste Colóquio 52 estudantes do Colégio Universitário Pio XII e representações dos Centros de Estudos Europeus de Madrid e Badajoz chefiados pelos Professores Doutores Santiago Castilho e Julián Martín.

Deu-nos ainda a sua honrosa presença, a Dra. Maria Regina Marchueta, Secretária da nossa Embaixada em Madrid e seu esposo Dr. José Marchueta.

O Programa foi sumamente rico e intensivo.

Pretendeu-se aproveitar ao máximo os 3 dias, procurando proporcionar aos participantes o contacto com monumentos, obras de arte e instituições, que marcaram na História Peninsular, como as visitas que se fizeram à Universidade de Salamanca, ao Mosteiro de Sta. Clara de Tordesilhas, a Sto. Antón, à magnífica exposição comemorativa do Centenário do Tratado, que enchia as magníficas salas do Mosteiro de N. Senhora do Prado em Valladolid.

PROGRAMA DA COMEMORAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS


9 a 11 de Junho de 1994

9 de Junho (5ª Feira):

08:00 h - Partida de Lisboa (Colégio Universitário Pio XII)
12:30 h - Almoço na Guarda (restaurante «O Zé»)
18:00 h - Chegada a Tordesilhas (Hostal Juan Manuel)
19:00 h - Jantar no Hostal Juan Manuel

No percurso de Lisboa à Guarda onde almoçamos passamos pela estrada de Penamacor que vai ao Sabugal atravessando a serra da Malcata que apresentava uma bela panorâmica revestida de gestas amarelas numa formosura extraordinária. O grupo português pode apreciar a velha Vila de Alfaiates com o seu castelo de D. Diniz e a sua igreja românica.

A travessia de Castela foi monótona e chegamos a Tordesilhas ao fim da tarde ficando hospedados no Hotel Juan Manuel, onde jantámos. A noite estava convidativa para dar uma volta à velha vila e fazer uma serenata nos jardins sobranceiros ao pacato Douro onde se reflectiam os antigos e belos monumentos da vila, destacando-se o Mosteiro de Sta. Clara, Sto. Antón, o palácio real do tempo dos Reis



CAVES DA

Montanha

AMENHOUES

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha
Telef. 52260 e 52611
Telex 53081
Apartado 18
3781 ANADIA CODEX

✠

«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |
CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |
CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |
Concurso de Bratislava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |
CONCURSO DE MILAD (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |

✠

Espumantes Naturale - Vinhos do Porto - Licoreas Superfinos
Brandies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

Católicos onde foi assinado o tratado e parte das altanciras muralhas com os seus torreões.

10 de Junho (6ª Feira):

09:00 h - Abertura do colóquio por D. Emílio Alvarez Villaján
— Presidente da Câmara Municipal de Tordesilhas.

a) «Contexto Sócio-Político da assinatura dos Tratados»
— pelo Pe. Prof. Dr. Joaquim António de Aguiar — Professor de História Institucional e Política Medieval da Universidade Autónoma de Lisboa.

b) Análise Jurídica e Política dos Tratados pelo Prof. Dr. Marcos Farias Ferreira, Assistente de Ciência Política da Universidade Internacional de Lisboa.

12:00 h - Visita ao Museu de Sto. Antolin.

13:00 h - Visita ao Real Mosteiro de Sta. Clara.

14:00 h - Almoço

16:00 h - Visita à Exposição: «A Arte na Época do Tratado de Tordesilhas» no Mosteiro de Nossa Sra. do Prado (Valladolid).

20:00 h - Partida para Tordesilhas.

21:00 h - Jantar e encerramento do Colóquio no Hostel Juan Manuel, presidido pelo Vice-Presidente da C. M. de Tordesilhas, D. José Estevan Orderica.

Este dia 10 de Junho, Dia de Portugal foi um dia esse cheio totalmente dedicado a comemorar a data do Tratado, que ali nos tinha levado.

Tomando o pequeno almoço no hotel às 9 horas lá estávamos na porta principal, ao içar as 4 bandeiras; a de Portugal, Espanha, a do Município de Tordesilhas e a do Tratado.

Ocupámos o salão nobre e a sessão foi aberta por D. Emílio Alvarez Villaján «Alcalde de Tordesilhas» que ocupava a Mesa de Honra, ladeada pela Comissão Organizadora e pelo Director do Departamento Cultural do Colégio Universitário Pio XII.

O Senhor «Alcalde» evocou eloquentemente a data celebrada, recordando o que se passara no dia 7, no mesmo salão, na presença do Reis de Espanha e do Presidente da República de Portugal Dr. Mário Soares e de outras altas autoridades Regionais da Comunidade de Castela e Leão.

Após a abertura da sessão foi dada a palavra ao Pe. Joaquim António de Aguiar, que após ter agradecido ao Senhor «Alcalde» a sua presença, desenvolveu durante 1 hora o processo dos Descobrimientos Portugueses no Atlântico até à passagem do Cabo da Boa Esperança em 1487 por Bartolomeu Dias e a Descoberta da Ilha de S. Salvador das Baamas em 1492 por Cristóvão Colombo, que andava a procura do caminho da Índia seguindo o rumo ocidental em vez de seguir o caminho do Atlântico Sul dobrando o Cabo da Boa Esperança e seguindo o Oceano Índico.

A seguir a lição em que se focou a prioridade e os direitos da navegação portuguesa e a possível descoberta da costa brasileira, o Dr. Marcos Farias Ferreira assistente do Curso de Ciência Política do Prof. Adriano Moreira focou os aspectos políticos e jurídicos do Tratado frisando que juridicamente as novas terras descobertas pertenciam a Portugal, pois tinha criado um novo «Mare Nostrum» ou um novo Mediterrâneo como os já anteriormente criados. Porém por amor à «Paz» Portugal cedeu a Castela as terras que viria a descobrir além das 370 léguas a Oeste da ilha do arquipélago do Cabo Verde situada mais a Oeste permitindo porém a passagem às naus Castelhanas para poderem passar por esse

«Mare Nostrum», que por direito da época nos pertencia, como se tinha permitido em 1340 pela mesma razão navegar para as Canárias por mares de domínio português.

Depois desta intervenção os Professores Doutores Santiago Castilho e Julián Martín fizeram a suas intervenções no contexto da boa amizade e bom entendimento entre Castelhanos e Portugueses.

Abriu-se depois o diálogo a todos os participantes.

A Sessão decorreu com bom nível científico, histórico e académico encerrando às 12 horas como estava programado.



Fachada do Mosteiro de Nossa Senhora do Prado, em Valladolid onde estava montada a exposição

2 — PROGRAMA CULTURAL — TORDESILHAS

Após o encerramento do Colóquio seguiu-se a visita ao Mosteiro de Sta. Clara, certamente o monumento de maior interesse histórico e artístico de Tordesilhas.

A visita foi guiada pela guia encartada que apresentou modestamente a origem do Mosteiro criado em 1362 por D. Pedro I de Castela transformando o palácio real, mandado construir pelo seu pai Afonso XI em estilo «mudejar» em 1340 para comemorar a batalha do Salado de que saíu vencedor, em Mosteiro de Clarissas.

Por ali passaram infantas e rainhas, como D. Leonor Teles de Portugal a fazer penitência pelos pecados cometidos por ela e pelos seus antepassados.

O Mosteiro chega até aos nossos dias com 13 monjas Clarissas com um recheio artístico de alta qualidade na áreas de arquitectura, pintura, escultura e de arte sacra.

O Mosteiro de Sta. Clara é de facto um repositório de arte de 6 séculos. Começando pelo lindo pateo mudejar do primitivo palácio do século XIV, passando pelo séculos XV, XVI, XVII e XVIII.

A seguir visitámos o templo de Sto. Antolin, magnífica igreja do tempo dos Reis Católicos e verdadeiro «Miradouro». Da sua escalinata e do cimo da sua torre se avista a vila, e a ampla «Castilla».

A igreja guarda preciosidades como a capela de D. Pedro de Alderete de 1501 com o seu magnífico sepulcro, o altar mor de João de Juni, a capela da Imaculado Conceição, a Tribuna real donde os reis assistiam à cerimónias sagradas, e um grande número de estátuas, quadros, crucifixos etc., etc., que constituem um verdadeiro Museu de Arte Sacra.



Salamanca. A torre da Catedral e a rua que dá acesso à Universidade

A falta de tempo não nos permitiu visitar a Igreja românica de Santiago e a magnífica e gigantesca igreja paroquial de Sta. Maria que estava em obras de conservação.

No caminho de regresso ao «Hostal» para almoçarmos tropeçamos com construções do século XII ao século XVI, XVII e XVIII.

Vale a pena voltar a Tordesilhas para visitar os seus monumentos e perder-se nas suas ruas e calçadas de traço medieval.

3 — VISITA À EXPOSIÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS

Após o almoço dirigimo-nos a Valladolid passando por Simancas com o Seu Castelo dos Henriques, convertido em Arquivo Geral em 1539 por Carlos V, sendo beneficiado por Felipe II que encomendou as obras a Herrera, arquitecto do Escorial.

Em 1810 o arquivo foi espoliado de grande parte de seus fundos, sendo levados para Paris.

Porém o arquivo de Simancas possui ainda documentação importante para a nossa história e a sua consulta é imprescindível para o estudo de certos problemas como a expulsão dos jesuítas nos tempos do Marquês de Pombal.

Porém o grande objectivo desta tarde era a visita à exposição organizada, por motivo do V Centenário da assinatura do Tratado, no monumental Mosteiro de Nossa Senhora do Prado.

O antigo Mosteiro passou por uma autêntica tragédia tendo sido recuperado pela Junta de Castela e Leão e onde funciona o Conselho de Cultura e Turismo.

Neste magnífico edifício organizou-se a bela exposição relativa à época da celebração do Tratado.

Portugal fez-se representar através das melhores obras dos nossos grandes pintores Primitivos fazendo uma selec-



AGR
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P
Fax 200 25 02



**O atendimento
mais acolhedor
o serviço mais eficiente**

ção dos nossos Museus das Janelas Verdes, Évora, Setúbal, Viseu, Mestres do Sardoal, de Abrantes, da Lourinhã etc. etc. Lá estavam em grande destaque o Grão Vasco, Vicente Gil, Vasco Fernandes, Cristóvão de Figueiredo, Frei Carlos de Espinheiro etc.

Realmente é muito difícil ver tantas e tão belas obras de pintura, escultura, orfebreria, e marfim juntas e a lado dos seus semelhantes Castelhanos.

Diga-se em honra da verdade, que rara vez se fez uma selecção tão seleccionada como nesta exposição.

Sáimos desta visita com uma impressão que o século que vai de 1450 a 1550 foi o grande século da nossa pintura e da nossa arte em geral.

De facto, os Descobrimientos foram sem dúvida, os criadores desse ambiente e clima favorável à criação duma época brilhante nas artes.

A visita à exposição foi uma grande lição, como os génios artísticos podem nascer e desenvolver-se num país de pequenas dimensões geográficas, se o ambiente for favorável e aparecerem os Mecenas.

4 — ENCERRAMENTO

Após a visita à exposição regressámos a Tordesilhas para o encerramento desta nossa actividade Cultural comemorativa do Tratado.

O jantar foi presidido pelo Senhor Vice-Alcalde, D. José Estéban Orderica que no fim do jantar agradeceu ao Colégio Universitário Pio XII esta iniciativa, de realizar o colóquio «in loco», onde o Tratado foi assinado.

O Director do Departamento Cultural do Colégio agradeceu a presença do Senhor Vice-Alcalde e fez um resumo do que foi este dia 10 de Junho de 1994, Dia de Portugal.

Como lembrança desta data, foi oferecida a todos os participantes a medalha comemorativa do Colóquio, cunhada expressamente para comemorar este acontecimento.

5 — REGRESSO A LISBOA DIA 11 DE JUNHO

De regresso a Lisboa aproveitámos a oportunidade de fazermos uma paragem em Salamanca e visitarmos o edifício Central da 1ª Universidade criada na Península.

Em 1210 foram criados em Palência os Estudos Gerais por Afonso VIII em pleno caminho de Santiago, sendo transferidos por Afonso IX para Salamanca em 1218; Fernando III o Santo, concedeu-lhes privilégios em 1242 e Afonso X o Sábio deu-lhes os Estatutos.

Esta visita à Universidade deu a oportunidade para se fazer um lição sobre a origem da Universidade na Europa das velhas escolas Monacais e Catedralícias que a precederam.



Mosteiro de Santa Clara

Após a visita à Universidade e ao edifício onde funcionaram as Escolas Menores visitámos os Colégios Universitários de tanto renome em Salamanca: o de S. Bartolomeu e o de Fr. Luis de Leão.

A nossa vista terminaria na «Plaza Mayor» belo exemplo barroco das grandes praças europeias, sucessoras de Agora de Atenas e do Forum Romano onde os cidadãos se reúnem para através do diálogo encontrarem as soluções para os problemas da «Cidade», para a convivência cívica e cultural.

Na praça situa-se a Câmara Municipal. Sáimos de Salamanca a caminho da fronteira visitando ainda a Catedral da Cidade do Rodrigo e o seu velho largo.

Almoçámos já em Portugal e chegámos ao Colégio sãos e salvos pelas 21 horas. Bela jornada esta do Colóquio de Tordesilhas.

6 — ABERTURA E ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO TRATADO

No dia 7 de Junho realizou-se em Tordesilhas com as presenças dos Reis de Espanha, Presidente da República Dr. Mário Soares e outras personalidades ligadas à vida política e à cultura a sessão solene comemorativa da assinatura do tratado pelos representantes de Portugal e Castela.

No dia 5 de Setembro teve lugar na Igreja de Jesus em Setúbal com grande pompa e com a presença dos reis de Espanha e do Dr. Mário Soares e D. Maria Barroso a comemoração dos 500 anos da ratificação do Tratado por D. João II, encerrando-se assim as Festas Centenárias do Tratado.

A NOVA MENSAGEM DE ASSIS —

«CIDADE DA PAZ»

(Continuação da página 1)

a ética. Para uma *teoria conspirativa*, que teve curso nos próprios EUA depois da Primeira Guerra Mundial, as indústrias do armamento seriam responsáveis pela organização dos *lobbies* da guerra. Esta interpretação foi revigorada pelo facto de o Presidente Eisenhower, ao despedir-se do poder, ter definido o Estado que governou como um complexo militar-industrial, no qual, portanto, grupos dominantes das indústrias de guerra teriam uma influência capaz de criar, manter e gravar as tensões. Usando a perspectiva de Wright Mills, tais grupos seriam compostos por militares profissionais, donos e quadros das indústrias militares, funcionários dependentes das despesas militares, políticos em ligação com um eleitorado interessado nas actividades da defesa ³.

A autonomia relativa, mas importante, deste facto que, na sua forma extrema, tem a natureza de um complexo militar-industrial, também autonomizou o *desarmamento* como correspondendo a um capítulo fundamental da *prevenção da guerra*: o risco do holocausto está filiado, sem distinção, na decisão

soberana ou no simples erro. A proposta feita por Kennedy, em 12 de Dezembro de 1962, no sentido de instalar uma linha telefónica directa entre a Casa Branca e o Kremlin, correspondeu à percepção de que aquela situação exigia uma *política de co-responsabilidade*, sobretudo pela identificação do chamado *risco maior*, isto é, um risco criado cujo controlo escapa eventualmente aos responsáveis originários, como acontece com as catástrofes das instalações nucleares.

Por isso assumiram tanta importância as negociações sobre o desarmamento, independentemente das exigências decorrentes da necessidade de enfrentar a tarefa impossível de manter uma política armamentista e uma política de desenvolvimento. Um pouco inesperadamente, as consequências da desagregação da URSS, e o facto de tal acontecimento ter produzido uma proliferação de potências nucleares, passaram a dominar as negociações de desarmamento a partir de 1991-1992: ao lado da Rússia, perfilam-se a Ucrânia, o Kazaquistão, e a Bielorrússia. Os acordos soviético-americanos de redução de armas estratégicas (Start) de 29 de Julho de 1991, depois de longas negociações, foram assinados pelos quatro herdeiros da força nuclear soviética, em Lisboa, em Maio de 1992. As novas repúblicas independentes também aderem ao tratado de não proliferação das armas nucleares (TNP). Na cimeira de Washington, de 16 de Junho de 1992, os presidentes Bush e Ieltsin decidiram ultrapassar o acordo START, comprometendo-se a reduzir drasticamente as cabeças nucleares, e a participar no «sistema global de protecção» (GPS) antimísseis, com revisão do acordo ABM (mísseis antibalísticos) de 1971. Em Julho de 1992, em Oslo, os treze países do extinto Pacto de Varsóvia (findo em 1991) aderiram ao Tratado de redução de armamentos convencionais (CFE), e, seguidamente, assinaram um Acordo CFE-1A para a redução dos efectivos militares. O tratado chamado Céu Aberto, assinado em Helsínquia em 14 de Março de 1992, e que actualiza os acordos militares de Vancouver e Vladivostok, completou o programa de desarmamento europeu. Em Julho de 1992 foi redigido o tratado de interdição de armas químicas, ao qual declararam aderir cinquenta Estados. Um acordo de 3 de Março de 1992, comprometeu 17 países industrializados a limitar a venda de material utilizável no fabrico de armas atómicas, e a China, em 10 de Março de 1992, assinou finalmente o Tratado de não proliferação nuclear (TNP). *Todo este movimento é importante, mas não pode fazer esquecer que o desarmamento não é a paz, é um acordo sobre a maneira de fazer a guerra* ⁴.

A importância e autonomia do armamento e a tentativa de controlar este juridicamente, teve relação com diversas percepções do fenómeno da guerra: uma representada pelo famoso H. G. Wells, identificada a vontade que decide o conflito, e assim explica a Primeira Guerra Mundial como o resultado da ambições do Kaiser e da casa Krupp ⁵; outros, como Max Scheler, entendem que «a guerra não é mera expressão de violência física, à qual

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente.

Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade.

Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma selecção emmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

LISBOA - Av. Branca Santa, 23 - 1.º Esq. - Telef.: 57 67 54 - Telex 13137 Gertal P Lisboa - 1500 Lisboa
PORTO - Rua Dom João V, 395 - Telef.: 69 99 02 - Telex 25426 Gertal P Porto - 4100 Porto

abandona o seu campo a espiritualidade racional quando se sente impotente, é antes um disputa de poderes e vontades entre as pessoas colectivas que chamamos Estados»⁴. Qualquer destas percepções recorta a guerra como um fenómeno com especificidade na área mais vasta da violência, que aparece como um acidente quando o Estado é a entidade em movimento dinamizadora da história, em luta pelo alargamento do poder ou liberdade política, à margem e acima das limitações jurídicas. A defesa da guerra, feita na orientação de Scheler, traduz-se em sustentar que ele outorga aos Estados Unidos os direitos correspondentes ao seu poder. Não pode omitir-se a nota de que o Estado é considerado justificado pelos resultados, e portanto identificado como um valor em si próprio do qual deriva a legitimidade da ordem que vier a impor. O próprio Ortega, aliciado em certa medida por esta perspectiva, recomendava a interpretação da acção de Castela, durante a reconquista, à luz de um sentido de Estado ao particularismo doméstico de outros povos peninsulares, como os leoneses, galegos, aragoneses, catalães, e sem o dizer, portugueses? Mas isso não o impediu de condenar o conceito do Scheler segundo o qual a guerra é um juízo de Deus, que «manifesta todas as forças essenciais de um povo ou nação». Os factos foram sempre demonstrando que, ao contrário, a subida aos extremos da guerra apenas foi legitimada ao serviço da justiça.

A corrida armamentista, e a proliferação vertical e horizontal das armas atómicas, neste século, ao mesmo tempo que tornavam esdrúxula a ameaça de qualquer conflito, também contribuíram para desvalorizar o conceito da guerra como violência específica dos Estados, eventualmente legitimada por um transpersonalismo estadual. A violência da guerra teve de ser assumida como um conceito abrangente de conflitos entre Estados, mas também de conflitos entre movimentos internos e Estado, de agressão de poderes erráticos contra Estados e sistemas, tudo alimentado por uma circulação de armamentos que ameaça não reservar nenhuma espécie deles ao acesso privativo das soberanias formais.

Daqui resultou que o pacifismo, independentemente das eventuais vinculações ideológicas, se alargou objectivamente a uma teoria geral das acções não violentas, que deram importante contribuição aos especialistas da *peace research*. Por eles, a guerra passou a ser examinada de um ponto de vista *cataclísmico*, que a entende em relação à humanidade como um todo, e não como um fenómeno relacionado com um instrumento, o Estado ou a classe. Nesta linha, escritores como Galtung, James Clarke, Ruyen, Canway, Glover, Brown, e

Rapoport, contrapõem uma nova *ireneologia* à mais antiga *polemologia*, criando centros como o da Universidade de Michigan (1959), o Canadian Peace Research Institute (1964), o Internacional Peace Research Institute de Oslo (1966), o Stockholm International Peace Research Institute (1969). Todos finalmente reconhecem que o jogo de forças da comunidade internacional depende de um voluntarismo, agindo em função de matrizes valorativas, objectivos e percepções. À proclamação do acto constitutivo da UNESCO — segundo a qual as guerras comecem no coração dos homens, correspondeu a teorização das acções pacíficas para obter os resultados justos secularmente procurados pela guerra. Destaca-se a obra de Gene Sharp — *The politics of nonviolent action*, excluindo especificamente «acção convencional militar, luta de guerrilha, regicídio, tumultos, acção policial, ofensiva e defesa privadas armadas, guerra civil, terrorismo,



O Santo Padre, o Papa João Paulo II, recebe em audiência privada o Prof. Adriano Moreira e o Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro.

bombardamentos aéreos convencionais ou ataques nucleares ou formas semelhantes»⁵.

Nesta perspectiva globalizante, o Estado continuou a intervir como o instrumento da violência organizada, com tendência monopolizadora, mas dependente do risco que está na disponibilidade dos outros agentes da violência que tiverem acesso à intervenção na comunidade internacional. De novo a família dos Projectistas da Paz, em que se destaca Kant como o Projecto da Paz Perpétua, volta à actualidade para lidar com a autonomia da Intervenção que o Estado mantém em posição privilegiada, mas agora sem dispor de uma doutrina e de uma técnica que obtenha a submissão dos outros agentes aos programas de acção não violenta. Sobretudo porque o Estado deixou de poder ser definido como o monopolizador da força, e também não parece fácil subordinar os factos ao entendimento

de Max Sheler sobre a guerra, ou do vários transpessoalimentos que pregaram a dignificação da guerra e os seu agente soberano.

Ao contrário de a guerra poder ser definida como uma espécie nobilitada, de identidade específica, dentro da complexa área da violência, aconteceu que uma série de formas de violência reivindicam os atributos e finalidades com os quais se pretendia caracterizar a guerra como um instrumento do Estado ao mesmo tempo soberano e agente da história. É por isso que os conceitos operacionais clássicos, usados para lidar com o fenómeno da guerra, foram frequentemente excedidos pela evolução. Assim, a tradicional definição da guerra como «um conflito entre Estados com o objectivo de cada um subjugar o outro pela força armada, para assegurar certas exigências ou reivindicações» (Scruton), também se aplica sem dificulda-



Assis — «A Cidade da Paz»

de aos movimentos terroristas, a alguns fundamentalistas, a agentes de internacionalismos ideológicos. As guerras entre Estados também não resultam sempre de políticas territoriais expansionistas, radicam eventualmente, como acontece com as guerras de religião, em duradouras contradições culturais. O mapa dos conflitos em curso ou possíveis o risco frequente de se alargarem a vastas regiões, as capacidades militares que se multiplicaram, o policentrismo atómico, as formas de guerra química ou biológica ao alcance de várias entidades não estaduais, tudo parece tender para eliminar o semântico desvelo pelo alegado princípio inato da beligerância, que inspirou Nietzsche e Sorel, porque a generalizada consciência do risco faz apelo a outros valores ?.

Não é fácil racionalizar a nova conjuntura usando os conceitos operacionais disponíveis, e que foram elaborados, com dificuldades similares, para entender a ordem finda. Admitamos porém que está consumada uma mudança da estrutura da comunidade internacional, de tal modo que o Estado em transição sofre a competição de outros agentes das relações do poder, e que a comunidade civil mun-

dial tende a definir-se com esquecimento das fronteiras políticas. Em tal novo contexto, a guerra perde a sua definição qualitativa e estrutural específica, dentro da problemática geral da violência, e todas as formas de violência se revelam independentes ou conjuntamente instrumentais para a realização do mesmo objectivo político. Nos conflitos concretos, é mesmo frequentemente impossível manter a distinção entre meios violentos e não violentos de acção. Por isso convém deixar aqui um apontamento sobre a tradição cristã de apoiar as intervenções não-violentas contras as injustiças sociais, a manifestação de uma linha em relação com situações de guerra declarada, e alguns equívocos que aparecem a coincidir com esta nova referida conjuntura em que a guerra se autonomiza mal no quadro geral do excesso da acção violenta e não violenta.

Da investigação do citado Gene Sharp podemos recolher alguns exemplos de apoio a acções não violentas, admitindo que este conceito abrange todos os «métodos de protesto, não cooperação e intervenções», que recusam o uso da violência física contra os civis e contra as pessoas em geral. Neste domínio tem de reconhecer-se o papel cimeiro de Gandhi, que deu certamente a maior contribuição individual para a definição e consolidação da perspectiva pacifista, e da acções não violentas destinadas a alterar a ordem estabelecida. Os seus primeiros exercícios na África do Sul, a transformação do *satyagraha* no método por excelência da libertação da Índia, são marcos na histórica da acção não violenta.

Dentro desta, porém, o recurso à fé, no sentido de amparar a resistência não violenta tem um lugar particular, e com antecedentes que também incluem os cristãos de várias confissões. A procissão religiosa é um clássico método de resistência e de protesto, usada em várias ocasiões e diferentes épocas. A massa popular que, em 1905, se dirigiu ao Palácio de Inverno em S. Petersburgo, tomou a forma de uma procissão dirigida pelos clérigos, exibindo cruces e ícones, entoando cânticos religiosos: cerca de uma centena de pessoas foi morta pelas tropas e umas trezentas ficaram feridas. Actos religiosos e preces públicas tiveram exemplo na Polónia ocupada pelos alemães em 1942. Em 1959, quando a polícia sul-americana em Ixopo, ordenou a uma multidão de mulheres que debandassem, elas «caíram de joelhos e começaram a rezar», desorientando a força pública. Em 1963, durante o confronto budista com o regime de Dlem, o padre católico Cao van Luan, reitor da Univerdidade de Ilue, conduziu os estudantes ao Pagode Tu Dam para rezarem em solidariedade com o protesto budista. Todavia, talvez o grande símbolo da resistência pacífica, eficazmente desafiadora do poder, tenha sido, neste século,

o Cadeal Midzenski, Primaz da Hungria. As suas *Memórias*, publicadas no exílio, são um documento de referência fundamental para a doutrina cristã da resistência. Os anos que passou nas prisões marxistas, diariamente punido fisicamente, e os longos anos que esteve em reclusão na Embaixada dos EUA para que a sua presença animasse o povo, definem uma clara distinção entre a *resistência* e a *violência*, mostrando como a primeira não está necessariamente associada à segunda. A importância da distinção está a ser posta em evidência em Timor, onde a proclamada extinção da guerrilha pela forças da Indonésia não pode ser confundida com o fim da resistência.

Esta ligação com a resistência, sempre em nome de valores cristãos, tem eventualmente revestido a condição de voz *tribunícia* dos povos ou extractos sociais alienados, algumas vezes claramente invadindo as áreas da política.

As revoluções pacíficas da Europa Central, e muito especialmente a resistência e independência final da Polónia, na sequência do desmoronamento



O Papa João Paulo II em Fátima

do império soviético, tiveram na Igreja uma voz *tribunícia*, naturalmente acusada de ultrapassar essa função. No caso de Timor, a voz do Administrador Apostólico tem sido uma voz *tribunícia* para o exterior, sendo de admitir que anima a resistência sem intervir na acção armada.

Talvez seja a dificuldades de manter bem separado o envolvimento na resistência, e uma recusa da participação na acção violenta, que contribui para perplexidade relacionada com a acção da Igreja na torturada América Latina, com expressão visível na teologia da libertação e na acção de alguns dos seus teóricos como o padre Boff.

Independentemente da presença de referências à metodologia marxista nas perspectivas que adopta, talvez mais recolhidas de Rosa Luxemburgo do que outro qualquer autor dessa área, parece que o formulado preceito que espera da acção das *comunidades de base* a libertação da violência capitalista e da violência marxista, precisa de um complemento de modo.

Não sendo desconhecidos os métodos postos pela experiência à disposição das acções de libertação, sendo actualíssima a problemática da distinção entre meios pacíficos e meios violentos, é clara a diferença entre resistência e combate armado, é de notar que não se encontra na doutrina, destinada às comunidades de base, nem a invocação de qualquer dos pacifistas que dominam o pensamento contemporâneo, nem o conselho de recorrer à violência. A lógica do discurso é posta em suspenso, deixando assim inevitavelmente o caminho livre à lógica da acção libertadora, que não exclui a violência ¹⁶.

Vimos que a lei da complexidade crescente da vida internacional, de acordo com a qual se multiplicam as dependências e interdependências dos Estados, parece aconselhar no sentido de usar um conceito operacional da violência que negue à guerra dos soberanos uma definição específica e numa valoração privativa. As ameaças e as agressões, com eventuais efeitos generalizados, podem ter origens bem diversas, desde o acto isolado do assassinato de um líder que desencadeia uma guerra civil, até à sublevação civil que sobe ao extremo de exigir a intervenção da comunidade internacional. Nos dias recentes, a África do Sul e a ex-Jugoslávia servem de exemplo ameaçador.

De acordo com a nova estrutura da comunidade civil mundial e da comunidade internacional, a explosão técnica e científica entregou à liberdade dos Estados o poder de destruir a humanidade, e as crises da lutas políticas, desagregando as cadeias de comando tradicionais, multiplicam os centros de decisão capazes de terem acesso às armas de destruição maciça, e às formas de guerra total dos pobres, que são baseadas nas armas químicas e biológicas.

Daqui, a importância da intervenção da doutrina católica sobre a guerra renovada a partir da Segunda Guerra Mundial, e concretizada, pelo que respeita aos princípios guias, no Concílio Vaticano II. A Constituição Pastoral sobre a *A Igreja no Mundo Moderno (Gaudium et Spes)*, proclamada por Paulo VI em 8 de Dezembro de 1965, foi considerada por muitos como o maior resultado do Concílio, e mesmo uma viragem importante na avaliação da guerra como fenómeno e da justiça dela como doutrina.

Elaborada na período crítico da competição bipolar, teve apoio em texto anterior de grande significado. Conviria lembrar a Encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII, de 11 de Abril de 1963; antes, o Discurso de Pio XII de 30 de Setembro de 1954 e a sua Radiomensagem de 24 de Dezembro de 1955; e, finalmente o histórico Discurso à Assembleia das Nações Unidas, proferido por Paulo VI em 4 Outubro de 1965.

Talvez o ponto essencial seja, como sustenta Dominique Dubarle, a «reformulação da teologia da guerra justa» ¹⁷.

A doutrina clássica era tributária dos três princípios enunciados por S. Tomás: a iniciativa devia ser

de uma autoridade competente, por uma causa justa e com recta intenção, isto é, respeitando a justa medida na condução das operações militares¹³. A guerra era, na doutrina comum, um meio de restabelecer um direito injustamente violado. Tendo em conta a evolução da comunidade internacional, das formas de guerra possíveis, e das múltiplas novas oportunidades de resolver pacificamente os diferendos, o texto conciliar, recolhendo a anterior doutrina dos pontífices, apenas aceitou a legítima defesa dos interesses vitais de uma Nação, designadamente o direito à independência ameaçada.

A passagem da perspectiva da teologia da guerra justa para a perspectiva da legitimidade da guerra defensiva foi baseada, desde Bento XV e Paulo VI, na própria evolução da conjuntura: tratou-se, como salienta Dubarle, de reconhecer a ambiguidade das justificações enumeradas para as guerras modernas, da perigosidade dos meios técnicos disponíveis, da importância e oportunidades crescentes dos modelos de negociação. A restrição estabelecida à condenação absoluta da guerra (não se pode negar aos governos o direito da legítima defesa, 79-2), deriva da necessária transigência com as realidades, que obrigam (82) a considerar simultaneamente «a condenação absoluta da guerra e a acção internacional para a evitar». Na distância que fica entre as condenações e a acção solicitada, os problemas novos é certo que não encontram resposta inequívocas.

O texto do n.º 79 faz menção da guerra «mais ou menos latentes», procurando abranger as formas de guerra subversiva e revolucionária, mas não pareceu possível ir além da teologia tradicional e da valorização do direito à autodeterminação. Considera contrários ao direito natural os chamados crimes de guerra, e assim deixa aberta a legitimação de Nuremberg.

Mas sobretudo foi necessário enfrentar a capacidade militar de destruição em massa e indiscriminada das cidades e populações do adversário.

Nunca foi fácil, ao longo do período da ameaça recíproca da destruição de ambos os blocos, condenar absolutamente a doutrina da utilização das armas estratégicas, porque ela tinha relação evidente com a legítima defesa. O apelo ao sentido da medida, que já Pio XII fazia no discurso de 30 de Setembro de 1954 dirigido à XIII Assembleia da Associação Médica Mundial, inscrevia-se na doutrina clássica de legítima defesa. Mais tarde, nas vésperas de reeleição do Presidente Reagan e da política da Guerra das Estrelas, a Conferência Episcopal americana foi mais concreta na sua condenação das armas atómicas. Por outro lado, a própria Guerra das Estrelas, que teria um efeito causal importante no fim da *guerra fria*, ficava abrangida pela reprovação completa e segura da corrida aos armamentos, um preceito da maior actualidade nos dias que estamos a viver. O Concílio foi claríssimo em proclamar que não devem abandonar-se as esperanças de que a humanidade chegue a um ponto em que a guerra não seja apenas deplorada e condenada, mas também eficazmente interdita. O efeito mais imediato é credível do espírito pacífico, enunciado na *Pacem in Terris*, é sem dúvida o desarmamento. Mas a doutrina ensina, antes do teto constitutivo da UNESCO, que a guerra começa no coração dos homens.

E por isso a intervenção de João Paulo II, com a Mensagem de Assis, representa a mais elevada

contribuição no sentido de criar as condições que excluam o recurso à guerra. Em 9 e 10 de Janeiro de 1993, a reunião dos líderes espirituais das grandes confissões religiosas, para que todos convirjam nas preces e na pedagogia no sentido de eliminar a guerra do coração dos povos, é o ponto mais alto da intervenção destinada a conseguir que todos os povos peçam a inspiração divina que ilumine a maneira de entrar no século XXI.

É a segunda vez que João Paulo II escolhe Assis, e a invocação de S. Francisco, para desenvolver a doutrina da paz à qual pretende que seja referida a nova ordem mundial. A imprensa internacional deu um excepcional relevo ao encontro cujos resultados estão a ser divulgados e meditados, tendo de sublinhar-se a coerência com a intervenção histórica na mudança na área dos antigos satélites, e a articulação com os esforços no sentido de vincular a futura ordem internacional a valores éticos de projecção mundial.

Desta feita, é particularmente a Europa que serve de tema porque este reincide na tradição de ser ao mesmo tempo a matriz de todo o direito internacional, e a responsável por algumas das suas mais graves violações. É por causa dos povos da Europa, e já não em benefício das áreas da colonização Ocidental, que voltam a ser proclamados estes valores: cada Nação tem direito à autodeterminação como comunidade; trata-se de um direito que pode realizar-se se seja mediante uma privativa soberania política, seja mediante uma federação ou confederação com outras Nações.

A proclamação, não de coisas novas, mas feita de novo, tem como causa próxima o drama da dissolução da Jugoslávia, que suscitou esta questão, no discurso de Assis. «Poderia ter sido preservada uma ou outra modalidade entre as Nações da ex-Jugoslávia? É difícil excluir a possibilidades. Todavia, a guerra que se desenrolou parece ter afastado tal solução. E a guerra está em curso. Humanamente falando, parece difícil antever o fim dela.» Sobretudo, parece difícil prever a modalidade de paz que virá a reinar sobre o território onde se mistura o sangue derramado por todas as comunidades sem excepção.

A autoridade que o europeísmo dos valores reclama para intervir no mundo e na definição da nova ordem, é gravemente posta em causa pela negação dos mesmos valores em terras e por povos europeus, que praticam entre si todas as violações condenadas pelo direito internacional que formularam e impuseram mundialmente.

Não faltaram os depoimentos que, no encontro, deram testemunho de quebra do respeito pela dignidade humana, e talvez seja paradigmática esta declaração de um representante da comunidade católica de Banja Luka: «Vivíamos na grande diáspora, conjuntamente com os fiéis da Igreja Ortodoxa Sérvia e da Comunidade Islâmica, na parte norte-ocidental da actual República da Bósnia e Herzegovina ... (Sofremos) mortes e massacres de crianças indefesas, violação de mulheres e raparigas, pesadas agressões psíquicas e físicas de religiosos, prisões, tortura, e ainda mortes de sacerdotes, destruição sem motivo de numerosas igrejas e mesquitas, centros pastorais, edifícios privados dos nossos fiéis, dramática expulsão de fiéis de muitas paróquias, generalizados saneamentos de postos de trabalho, constrangimentos para participar na guerra contra o próprio povo...»

A lição é de humildades para a arrogância que renasce em várias sedes políticas europeias, e por isso o encontro de Assis novamente apela ao ecumenismo superador das diferenças, respondendo ao mundialismo das interdependências com a busca e formulação dos valores universais. Tem importância, para avaliar do significado do encontro, recordar que estiveram presentes delegações católicas de trinta e dois países e do Concilium Conferentiarum Episcoporum Europae, delegações da Diocese de Banja Luka, das Arquidioceses de Sarajevo e Belgrado, delegações inter-religiosas e Mostar e Skopje, de várias comunidades eclesiais cristãs, designadamente ortodoxos, anglicanos, metodistas, luteranos, e ainda representantes do hebraísmo e do islamismo. Não pode deixar de salientar-se que o pluralismo das representações confissionais é limitado, no significado, pela restrita área geográfica da proveniência.

Provavelmente o interesse da opinião pública fixou-se, por isso mesmo, e para além da ex-Jugoslávia, na questão de Israel, em vista da identidade dos delegados. Todavia o problema é mais vasto e a necessidade de persistir inegável.

Talvez baste recordar que vivem cerca de dez milhões de muçulmanos na Europa Ocidental, dos quais três milhões se encontram em França, dois milhões na Alemanha, outros dois milhões na Inglaterra, e meio milhão, respectivamente, na Holanda, Bélgica, Itália e Escandinávia.

A coexistência, neste fim do século, com essas e outras colónias interiores já demonstrou dificuldades suficientes em vários países, e parece realmente aconselhável tentar que a razão desenvolva urgentemente processos que evitem a multiplicação e agravamento de confrontos. A convergência dos fiéis de tantas confissões, e a resposta que deram, comparecendo, anima no sentido de aceitar que, tal como foi proclamado, não se trata de uma esperança superficial, nem de uma concessão e optimismo fáceis. E, antes de mais, trata-se da coragem de afirmar, em conjunto, que «usar a religião como desculpa para a injustiça e para a violência é um terrível abuso que deve ser condenado por todos os verdadeiros crentes em Deus».

Recordando a Mensagem da Jornada para a Paz de 1970, de novo se condena uma paz obtida pela força, mas, tal como disse um humilde fiel, lembrado da guerra mundial, e agora vítima dos confrontos: «Espero que o perdão permaneça no meu coração... todos aqueles mortos... aquela violência ferroz... como então... pior do que então. Façamos com que, pelo menos, a geração dos vossos filhos não aconteça, rapazes.»

Todas as confissões presentes convergiam nesta afirmação de João Paulo II: «Viemos em peregrinação a Assis para invocar Deus: abater as barreiras do ódio... abrir caminho à paz.» Na longa teoria dos projectistas da paz europeus, o pensamento cristão é dominante, mas muitas outras áreas culturais enriquecem esse legado da luta pela paz, pelo direito e pela concórdia. A mensagem de Assis convoca todos os que se reconhecem herdeiros de uma pregação comum, para que se reencontrem numa oração comum, capaz de dinamizar uma comum acção destinada a implantar a concórdia. Trata-se, sobretudo, de convocar para a acção.



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av D. José Alves Correia da Silva
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43279

¹ Mac Douglas, *Law and Minimum World Public Order*, Yale, 1961.

² Jacques Hantzinger, *Introducion aux relations internationales*, Paris, 1987, p. 257 e ss.

³ Wright Mills, *The power elite*, NY 1956.

⁴ Sobre a evolução das arte de fazer guerra no ocidente, Archer Jones, *The art of War in Western World*, Londres, 1987.

⁵ H. G. Wells, *La guerre qui tuera la guerre*, Paris 1915.

⁶ Max Scheler, *Der genius des Krieges und der deutsche Krieg*, 1915, in José Ortega e Gasset, *El genio de la guerra y la guerra alemana*. Obras Completas, 2 volumes, Madrid, 1983.

⁷ Ortega, *lug. cit.*, p. 218, n. (2).

⁸ Gene Sharp, *Nonviolent action*, Boston, 1973.

⁹ Nietzsche *Thus sparke Zarasthustra*, 1883; Sorel, *Reflections sur la violence*, 1908.

¹⁰ Leonard Boff, *O caminho da Igreja com os oprimidos*, Rio e Janeiro, 1980; *Teologia do cativo e da libertação*, Petrópolis, 1980; Meria Penna, *O Evangelho segundo Marx*, S. Paulo, 1982; A. Moreira, *De Dandung aos problemas Norte-Sul*, in *Comentários*, Lisboa, 1992, Gandhi, *An Autobiography or the story of my experientax with truth*, Navajivan Publicshig house, 1956; George Mekes, *The hungarian revolution*, Londres, 1957; Miller, *Nonviolence; a Christian Interpretation*, New York, 1964.

¹¹ In *La Chiesa nel mondo contemporaneo*, edição organizada por Enzo Giammancheri, Brescia, 1966. p. 288:

¹² *Sum Theol*, 11-11- q-40 art. 1.

VIDA DO INSTITUTO

1 — Certamente os nossos Sócios terão estranhado o silêncio do Instituto, que no decorrer deste ano não tenha organizado algum colóquio, relacionado com V centenário do Tratado de Tordesilhas ou com o VI centenário do nascimento do Infante D. Henrique.

Desejo dar uma satisfação a este nosso silêncio.

Não nos foi possível organizar esse tipo de actividades culturais por falta de tempo, pois o tempo que deveríamos consagrar à organização dessas actividades foi consagrado ao Instituto, para resolver problemas relacionados com o seu futuro.

Com a compra da nova sede no Restelo arrastou-se imediatamente o problema da sua adaptação aos objectivos do Instituto, surgindo a organização dum processo para entrar nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

Pois apesar de toda a boa vontade, que a Direcção do Instituto encontrou na Câmara Municipal, a máquina burocrática é de tal modo pesada, que leva meses para se conseguir a licença de obras.

Podemos informar os nossos estimados amigos, que neste momento as obras estão já em bom andamento e esperamos ter a nova Sede a funcionar dentro de poucos meses. Temos que resolver ainda outros problemas delicados para assegurarmos o futuro funcionamento do Instituto, e que exige um apoio logístico, que será necessário assegurar. Tudo isto consome tempo, que é necessário tirar a outras obrigações, que também são prementes e importantes.

Esperamos poder dar um breve boas e mais concretas notícias.

2 — Em 11 de Setembro de 1994, o nosso Presidente do Conselho de Fundadores foi convidado pelo

Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares para participar na reunião que se realizou nessa data em Assis organizada pela Comunidade de Sto. Egídio de Roma tendo como tema de debate, a Religião e a Política como suportes da Paz.

Lembramos, que a Comunidade de Sto. Egídio interveio como medianeira entre a Frelimo e a Renamo para a solução dos Problemas de Moçambique.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA CONJUNTURA ESTRATÉGICA

A Direcção do Instituto Português da Conjuntura Estratégica com a colaboração da Presidência da Câmara Municipal de Sintra realizou no dia 13 de Setembro no Palácio Valenças um Colóquio sobre o tema «candente»: *Segurança Europeia*.

Abriu o Colóquio a Sra. Dra. Edite Estrela, Presidente da Câmara Municipal daquela Vila.

O Prof. Dr. Adriano Moreira tratou durante 1 hora «As consequências da Guerra Fria» seguindo-se a segunda intervenção do Dr. Miranda Calha «A Política da Defesa Comum da Europa».

Às 13 horas foi servido um almoço volante seguindo-se mais duas comunicações da parte da tarde «Identidade Europeia e Defesa: O Eurocorpo» pelo Senhor Brigadeiro Garcia Leandro e «Triângulo estratégico Português: Perspectiva», pelo Senhor General Pedro Cardoso.

Seguiu-se um debate, encerrando o Colóquio pelas 18 horas.



INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 — 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 886 01 25

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL, N.º 18 702/87